

Um Passo Para Frente, Um Passo Para Trás: A Reforma Marco Legal do Terceiro Setor à luz da Teoria Institucional

Autoria: Mário Aquino Alves, Natália Massaco Koga

Resumo

O objetivo deste trabalho é compreender o porquê do aparente fracasso da nova legislação que regulamenta as relações de parceria entre Estado e organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor). O presidente da república sancionou em março de 1999 a Lei 9790/99 – a chamada “Lei do Terceiro Setor” - que criou a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Passados dois anos da promulgação da promulgação da Lei 9790/99, constatou-se que poucas organizações do Terceiro Setor aderiram à nova qualificação. Baseado em uma pesquisa exploratória, este trabalho, usando a teoria institucional, permitiu que se analisasse como as organizações mais antigas (ONGs e organizações tradicionais de assistência social) resistiram por meio de *inércia organizacional* à adoção da qualificação como OSCIP.

INTRODUÇÃO

O governo federal entre 1995 e 2001, por meio da Comunidade Solidária, resolveu liderar um processo de consolidação de um novo marco legal para as organizações do Terceiro Setor, condição considerada necessária para possibilitar que estas organizações participassem de uma “nova maneira” de formular e executar políticas públicas: a parceria entre Estado e Sociedade Civil. Como resultado deste processo, o presidente da república sancionou em março de 1999 a Lei 9790/99 – a chamada “Lei do Terceiro Setor” - que criou a figura jurídica das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) (BRASIL, 1999).

Passados dois anos da promulgação da promulgação da Lei 9790/99, constatou-se que poucas organizações do Terceiro Setor aderiram à nova qualificação. Contrariamente ao que se poderia acreditar, os mecanismos institucionais coercitivos (POWEL e DIMAGGIO, 1991) – que possibilitariam acesso a novos recursos por meio de Termos de Parceria específicos com OSCIPs - não foram capazes de provocar a adesão esperada. Diante da possibilidade da nova legislação não pegar, o governo adotou mudanças no sentido de tornar a legislação mais atraente para as organizações do Terceiro Setor, sancionando as Medidas Provisórias N. 2143-33 de 31/05/01 e N. 2113-32 de 21/06/01. Estas medidas, na prática, aproximaram a nova legislação da legislação anterior, o que praticamente tornou inócuo o sentido de mudança da legislação.

O objetivo que se pretende alcançar neste artigo é compreender, sob a perspectiva institucionalista na Teoria das Organizações, o porquê do aparente fracasso da nova legislação que regulamenta as relações de parceria entre Estado e organizações da Sociedade Civil (Terceiro Setor), calcado principalmente na força que determinados atores demonstraram para fazer com que a legislação recuasse.

Este trabalho segue o seguinte roteiro. Primeiro faz-se uma revisão bibliográfica sobre a abordagem institucional das organizações. Em seguida, apresenta-se o contexto que gerou a promulgação da Lei 9790/99, comparando-a com a legislação anterior. Depois, explica-se como se fez a pesquisa sobre a qualificação das organizações brasileiras do Terceiro Setor como OSCIPs até 25 de março de 2002, no sentido de entender suas características distintas. E, finalmente, faz-se algumas considerações, a partir dos resultados obtidos, sobre as questões

institucionais que promoveram a resistência à adesão ao modelo de OSCIPs e a conseqüente mudança da lei.

ABORDAGEM INSTITUCIONAL E RESISTÊNCIA À MUDANÇA

A aceitação da teoria institucional no campo de estudos organizacionais brasileiros tem sido cada vez maior (CARVALHO, 1999; CARVALHO, VIEIRA e LOPES, 1999; VIEIRA e MISOCZKY, 2000, PACHECO, 2001; MACHADO-DA-SILVA et alli, 2001; CALDAS e VASCONCELOS, 2002), num movimento que pode até mesmo ser considerado de institucionalização da própria teoria neoinstitucional (TOLBERT e ZUCKER, 1999). Esse processo de assimilação da teoria institucional decorre, obviamente, das imensas possibilidades que ela oferece para entender como organizações se submetem às pressões institucionais do ambiente no sentido de se legitimarem e, conseqüentemente, sobreviverem (POWELL e DIMAGGIO, 1991).

Contudo, a teoria institucional não corresponde um corpo teórico único; pelo contrário, é difícil fixá-la em um único quadro de referências, uma vez que ela representa um esforço teórico de diferentes autores, de diferentes épocas e linhas. Embora haja uma forte corrente que separa o “velho” do “novo” institucionalismo (POWELL e DIMAGGIO, 1991), neste trabalho esta separação é deixada de lado porque, uma vez mantida, pode inibir os potenciais de análise desta abordagem (SELZNICK, 1996).

A teoria institucional prega que as organizações se adaptam aos ambientes, não guiadas por questões de eficiência, mas sim por questões de necessidade de legitimação. Esta perspectiva desafia a imagem das organizações como racionais e voltadas para objetivos, introduzindo um retrato de organizações guiadas por mitos, símbolos e desejo por legitimidade social (POWELL e DIMAGGIO, 1991).

Os processos isomórficos e a mudança organizacional

Muitas vezes organizações que atuam em um mesmo campo são muito semelhantes, quer seja em sua forma, quer seja em suas práticas. Esse fenômeno foi definido por POWELL e DIMAGGIO como isomorfismo institucional (1991) e esses autores delimitaram três mecanismos de isomorfismo institucional: coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo “resulta de pressões formais e informais exercidas sobre organizações por outras organizações - das quais elas são dependentes - e por expectativas culturais dentro da sociedade em que funcionam” (POWELL e DIMAGGIO, 1991, p.67). Estas pressões são materializadas em ações de força, persuasão ou por convites para participar em coalizões ou associações. Casos de isomorfismo coercitivo são, por exemplo, mudanças organizacionais provocadas por pressões governamentais, normalmente aquelas que são calcadas em legislação. O ambiente legal afeta muitos aspectos do comportamento e da estrutura de uma organização.

O isomorfismo mimético ocorre quando uma organização imita práticas de outra organização, para enfrentar as incertezas ambientais. “Quando tecnologias organizacionais são pouco compreendidas [...]; quando objetivos são ambíguos; ou quando o ambiente cria incerteza simbólica, organizações podem se modelar em outras organizações” (POWELL e DIMAGGIO, 1991, p. 69). Organizações acabam por replicar aquelas organizações que são tidas como mais legítimas ou como mais bem-sucedidas.

A terceira fonte de isomorfismo é normativa. O isomorfismo normativo normalmente se assenta em processos de profissionalização. Por profissionalização se entende a luta coletiva

de membros de uma categoria para definir suas condições e seus métodos de trabalho, para controlar “a produção dos produtores e para estabelecer uma base cognitiva e legitimação para sua autonomia ocupacional” (POWELL e DIMAGGIO, 1991, p. 70).

Todos os tipos de mudança organizacional por processos isomórficos ocorrem como formas de facilitar o trabalho das organizações em diversas atividades: transações com outras organizações; recrutamento de profissionais; reconhecimento como organizações legítimas e respeitáveis; e adequação que as torna aptas a participar de concorrências públicas e privadas. Estas atividades devem, portanto, mostrarem-se legítimas em um campo organizacional.

A legitimação das novas práticas

Um novo conjunto de práticas não é nem legítimo, nem ilegítimo por natureza. Ele é primeiro inventado ou adotado por um pequeno grupo de organizações, interessado em resolver um problema técnico (TOLBERT E ZUCKER, 1999). A institucionalização passa, assim, por algumas fases, mostradas a seguir.

Primeiro, as práticas são suficientemente formalizadas, para que possam ser transmitidas para outras organizações ou para novos membros de uma organização (ZUCKER, 1991). Pode-se antecipar a adoção dessas práticas, em um estágio inicial, se as práticas apresentarem algumas características que as tornem viáveis do ponto de vista racional (MARCH e SIMON, 1958), isso é, se incluírem dimensões técnicas, políticas, culturais e econômicas.

Em um segundo estágio, os atores responsáveis pelo processo decisório nas organizações começam a crer, por consenso, que as novas práticas são válidas e, com base nesse consenso, um número crescente de organizações passa a adotar as novas práticas. As organizações adotantes podem atribuir valor às novas práticas, baseadas no que tenham podido aprender dessas práticas, com outros membros - chamados *champions* da inovação (TOLBERT E ZUCKER, 1999) - do campo (competidores, consultores, mídia etc.). Mais ainda, quanto maior o número de organizações que adotam essas novas práticas, maior quantidade de conhecimento é aprendida e difundida no campo, o que reduz o custo de outras organizações as adotarem (TOLBERT E ZUCKER, 1999).

Um conjunto de empreendedores institucionais – *champions* - com interesses materiais no processo de difusão (ABRAHAMSON, 1996; CALDAS e WOOD, 1999) “cria um campo” para a inovação. Esses *champions* podem ser grupos profissionais, gurus organizacionais, grupos de interesses ou consultores, que conduzem o processo de institucionalização porque a institucionalização facilita a atuação dos *champions* (TOLBERT E ZUCKER, 1999). Para criar o campo, eles devem conectar um conjunto de significados que possa ser aplicado de modo mais geral às práticas e ao conjunto de organizações que as adotaram (STRANG e MEYER, 1993). Os *champions* devem definir simultaneamente um problema a ser resolvido e as práticas que servirão para solucioná-lo. Ao serem conectadas às categorias consideradas legítimas, as práticas passam a revestir-se de legitimidade normativa (TOLBERT E ZUCKER, 1999). Se o campo onde as novas práticas estão incrustadas estiver bem estabelecido, e se houver significados que possam ser imediatamente atribuídos às novas práticas, estas institucionalizar-se-ão rapidamente.

A inércia organizacional e a resistência à mudança

Embora a literatura em teoria institucional prefira dar ênfase às pressões ambientais que promovem mudanças nas organizações. A abordagem institucionalista também procura explicar processos em que as organizações resistem às pressões ambientais para que mudem.

Não raro, os ambientes onde se inserem as organizações provocam impactos de diversas naturezas que trazem possibilidades de mudança para as organizações. O ocorre que nem todas mudam, ou se mudam, assim o fazem de maneira muito morosa. A este processo dá-se o nome de *inércia organizacional*. Por inércia organizacional entende-se o processo pelo qual as organizações mudam lentamente e por processos não desejados (STINCHCOMBE, 1965).

Embora a inércia (estrutural) esteja seja uma temática associada mais diretamente aos autores de Ecologia Populacional (HANNAN e FREEMAN, 1984), os autores institucionais mais antigos já lidavam com a questão.

Selznick, ao estudar a criação da *Tennessee Valley Authory* (TVA) e a implementação de sua política de desenvolvimento de base (*grassroots development policy*) (SELZNICK, 1949), demonstrou que as cúpulas organizacionais tendem reagir às mudanças do *caráter organizacional*.

Para Selznick, as próprias organizações se transformam em instituições quando são infundidas de valor, ou seja, quando deixam de significar meros instrumentos e passam a ser identificadas como fontes de gratificação pessoal e integridade de um grupo. Esse processo de infusão produz uma identidade distinta para a organização: seu caráter (SELZNICK, 1972). O estudo da formação do caráter organizacional é, portanto, o próprio processo de análise institucional. “A emergência do caráter organizacional reflete o elemento irreversível na experiência e na escolha [...] aceitar práticas irreversíveis é o processo pelo qual se forma o caráter de uma organização” (SELZNICK, 1972, p.35).

A institucionalização de uma organização é um processo que reflete sua história em particular, o pessoal que nela trabalhou, os diversos interesses consagrados (*vested interests*) pelos grupos que ela engloba e a maneira como se adaptou ao seu ambiente (SELZNICK, 1972). Por sua vez, se a institucionalização não é uma “camisa-de-força”, que mantém a organização inerte, Selznick adverte que “é comum serem as mudanças administrativas serem difíceis de quando os indivíduos habituaram-se e identificaram-se a procedimentos há muito estabelecidos [...] há resistência a qualquer mudança que ponha em perigo particulares”. (SELZNICK, 1972, p. 15). Portanto, a inércia organizacional surge quando são ameaçados estes interesses consagrados.

Caminho semelhante adota Arthur Stinchcombe, para que a inércia pode surgir no processo de estabilização de uma organização. O formato organizacional se mantém relativamente estável ao longo do tempo porque era o mais eficaz quando da criação da organização, “e porque tende a se institucionalizar mesmo que as pressões ambientais apontem que esse formato não é mais eficaz como era antes” (STINCHCOMBE, 1965, p. 153).

Stinchcombe analisou as razões que levam organizações a manter a estrutura organizacional estável, listando basicamente três: a força da tradição, a presença de interesses de determinados grupos que procuram manter a sua posição e certas ideologias operacionais que se voltam para a “manutenção do que sempre deu certo” (STINCHCOMBE, 1965). Aqui também a questão está centrada nos interesses consagrados: a organização não muda quando os mesmos são ameaçados.

Se Selznick e Stinchcombe atribuem a inércia organizacional aos interesses consagrados, Powell e DiMaggio (1991) e Meyer e Rowan (1977) atestam que a inércia se assenta na

relação entre a estabilidade e a legitimidade no campo organizacional - onde se encontram as instituições - e na forma como o poder dos entendimentos comuns que são raramente explicitados, mas que resultam dos imperativos institucionais. Uma organização só se mantém estável se suas práticas são consideradas legítimas pelo campo onde se inserem.

Há, ainda, uma forma peculiar da organização permanecer em inércia: trata-se do cerimonialismo (MEYER e ROWAN, 1977). Segundo os dois autores, se a forma de agir do núcleo técnico de uma organização sofre restrições, decorrentes de implicações de eficiência, a administração poderia realizar uma operação de “desligamento” (*decoupling*) em relação aos outros agentes externos, criando mecanismos que “simulam” - de maneira cerimonial - a adoção de processos tidos como legítimos em um campo organizacional, a fim de lidar com pressões ambientais. Em decorrência desse processo de “desligamento”, aumentará a sua legitimidade diante dos outros atores, bem como a possibilidade de, conseqüentemente, conseguir os recursos para continuar suas atividades. Uma empresa, por exemplo, poderia adotar um certo formato jurídico de organização sem fins lucrativos, mas continuar a operar como empresa privada, distribuindo lucros aos acionistas sob a forma de pagamento a serviços prestados.

O NOVO MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

Desde o início dos anos 90, quando o termo *Terceiro Setor* passou a ser incorporado nas diversas instâncias de discussão sobre o papel da Sociedade Civil no contexto da sociedade brasileira, também ocorria uma discussão paralela sobre a necessidade de criar-se um novo marco legal para substituir a legislação vigente que, por conter institutos criados no início da década de 30, não seria mais adequada à nova realidade das relações Estado-Sociedade Civil (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997).

Em 1997, o Conselho da Comunidade Solidária iniciou o processo de Interlocação Política com a participação de diversos representantes das organizações da sociedade civil e do governo para a reformulação do Marco Legal do Terceiro Setor (FERRAREZI, 2001). Na sexta rodada de interlocação política do Conselho da Comunidade Solidária foram estabelecidos os seguintes consensos gerais:

O Papel Estratégico do Terceiro Setor. O fortalecimento do Terceiro Setor, formado de entidades da Sociedade Civil de fins públicos e não-lucrativos, constituiria uma orientação estratégica nacional em virtude da sua capacidade para gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social do país.

A Mudança do Marco Legal do Terceiro Setor. O fortalecimento do Terceiro Setor exigiria que seu Marco Legal fosse reformulado.

A Abrangência do Terceiro Setor. A reformulação do Marco Legal do Terceiro Setor exigiria que se construísse um entendimento mais amplo sobre a abrangência do próprio conceito de Terceiro Setor.

Transparência e Responsabilidade do Terceiro Setor. A expansão e o fortalecimento do Terceiro Setor seriam encargo, em primeiro lugar, da própria Sociedade, à qual caberia instituir mecanismos de transparência e de responsabilização capazes de levar à auto-regulação.

O Estado e o Terceiro Setor. A reformulação do Marco Legal do Terceiro Setor exigiria que, ao se estabelecerem direitos, também se estabelecessem obrigações das entidades do Terceiro Setor para com o Estado, sempre que estivessem envolvidos recursos estatais.

Na mesma reunião foram acordados os consensos específicos sobre: registros e cadastros administrativos; contratos e convênios; mecanismos de auto-regulação; mecanismos institucionais de responsabilização; doações (e a busca de um novo modelo de financiamento); regulamentação do voluntariado; contrato de trabalho por prazo determinado; e informações. (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997).

As Características da Lei Nº 9.790/99

Em março de 1999, promulgou-se a Lei Nº 9.790/99, que objetivava a simplificação dos procedimentos para o reconhecimento institucional das entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como a facilitação das parcerias com o poder público, por meio de critérios mais diretamente dependentes da averiguação da eficácia e da eficiência da organização.

Para efeitos da nova lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, os excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcela dos seus patrimônios, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente para alcançar o objeto social. Muitas organizações seriam, desta forma, beneficiadas com a legislação, pois não apresentavam em seu objeto social qualquer atividade anteriormente reconhecida como de utilidade pública. Apenas às organizações voltadas para a Assistência Social (Lei 91 de 28/08/1935), em suas diversas faces, eram atribuídos estes títulos. A Lei Nº 9.790/99, ampliando o rol de interesse público, também classificou como OSCIP as entidades cujos objetivos sociais são a preservação, estudo, pesquisa de patrimônio ecológico (meio ambiente) e cultural, microcrédito, assessoria jurídica e outros.

Para fomentar parcerias com as OSCIP, a lei instituiu o Termo de Parceria. Diferente dos convênios e contratos, o Termo de Parceria foi proposto como um instrumento mais transparente e democrático, de fomento para as atividades e projetos das organizações sem fins lucrativos.

Pretendia-se com esta lei que ela, aos poucos, substituísse a Lei 91 de 28/08/1935, que criou a figura jurídica dos Títulos de Utilidade Pública, regulamentados pelo Decreto 50.517 de 02/05/1961. Não houve uma revogação desta lei. A Lei 9790/99 previu um prazo inicial de dois anos para que as entidades sem fins lucrativos, que já dispõem de Títulos de Utilidade Pública pudessem se qualificar como OSCIP (desde que atendidos os requisitos legais exigidos), sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea destes títulos durante esse período (até 23/3/2001).

A resistência à Lei das OSCIPs e sua mudança

Muito embora as rodadas de interlocução política que a Comunidade Solidária promoveu tivessem alcançado “seis consensos gerais” (COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1997), houve baixa adesão inicial à Lei 9790/99.

Próximo ao fim do prazo de dois anos estabelecido na lei, contudo, ao contrário do que supôs o governo, o número de pedidos para qualificação como OSCIP junto ao Ministério da Justiça foi muito baixo. Como pode ser observado na Tabela 1, nos dois primeiros anos (1999 e 2000) de vigência da lei foram recebidos apenas 445 pedidos; e, destes, apenas 91 foram deferidos (20,45%). Trata-se realmente de um número baixo, mesmo para um setor cujas estatísticas não são verdadeiramente atualizadas desde o ano de 1991 (LANDIM, 1993).

Neste ano, segundo o levantamento feito pelos pesquisadores do ISER para o projeto mundial de mapeamento do Terceiro Setor promovido pela *Johns Hopkins University*, existiriam cerca de 219 mil organizações do Terceiro Setor no Brasil (LANDIM, 1993).

Tabela 1: Pedidos para Qualificação como OSCIP (1999-2001) - Fonte: Ministério da Justiça, 2002

Ano	1999	2000	2001	Total
Deferidos	8	83	252	343
Indeferidos	123	231	110	464
Total	131	314	326	807

Isso demonstra que, apesar de um aparente consenso no discurso o do “Terceiro Setor” no Brasil, houve uma expressiva resistência por parte das organizações do Terceiro Setor. Na primeira parte da pesquisa, foram identificados dois grupos de resistência à nova lei: as ONGs e as associações filantrópicas tradicionais. São destes grupos que surgiram as maiores críticas à Lei 9790/99.

Pouco antes de findar o prazo de dois anos estipulado na Lei, a Medida Provisória 2143-33 de 31/05/01, prorrogou o prazo original de dois anos por mais três, passando a ser de cinco anos o prazo para as entidades que possuem simultaneamente os Títulos de Utilidade Pública e o status de OSCIP optarem por um dos títulos (até 23/3/2004).

A Medida Provisória Nº 2.113/32 de 21/6/2001 alterou a Lei 9245/95, que a partir daquela data passou a abranger também as entidades qualificadas como OSCIP. A partir de então, também as OSCIPs podem oferecer recibos dedutíveis do Imposto de Renda, às Pessoas Jurídicas doadoras (as doações das pessoas jurídicas são fonte importante para que as entidades se sustentem financeiramente). À exceção da isenção do Imposto de Renda, acessível a todas as entidades sem fins lucrativos que obedecem às determinações constantes do art. 15 da Lei 9.532/97, as OSCIPs não tinham, até então, acesso a nenhum incentivo fiscal.

Como pode ser visto na Tabela 1, o número de pedidos, em 2001, se manteve praticamente o mesmo que em 2000. O que aumentou foi o percentual de pedidos deferidos que, se nos dois primeiros anos correspondia a 20,45%, em 2001 saltou para 77,3 %. Esse fato deve ser visto com algumas reservas: os números não separam pedidos novos de reapresentação de pedidos. Se houve um aumento número de pedidos deferidos, o aumento pode refletir uma boa parcela pedida de projetos reapresentados, não novos pedidos; o número total de organizações qualificadas como OSCIP ainda é pequeno. Além disso, o governo foi obrigado a recuar e estender prazos e benefícios, numa clara admissão de que a lei não estava sendo bem sucedida.

SOBRE A PESQUISA

Uma vez que se fez esta pequena revisão teórica sobre a teoria institucional, enfatizando as maneiras pelas quais ela aponta mecanismos de explicação para mudança e resistência à mudança por meio de inércia, e sobre o novo marco legal do Terceiro Setor, faz-se necessário apresentar a pesquisa que ilustra as considerações deste artigo.

Este trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa maior que tem como objetivo realizar um estudo exploratório sobre as possíveis mudanças provocadas no universo das organizações brasileiras do Terceiro Setor, a partir da promulgação da Lei n.9790/99 de março de 1999.

Esta lei, conhecida como “Lei do Terceiro Setor” criou uma nova figura jurídica: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Era pretensão do governo Fernando Henrique Cardoso que houvesse uma maciça adesão ao novo modelo no curto espaço de dois anos. E, no intuito de verificar se ocorreu ou não esta adesão, fez-se esta pesquisa.

O primeiro passo foi buscar as informações preliminares sobre as OSCIPs junto ao Ministério da Justiça, órgão responsável pela análise e deferimento dos pedidos de qualificação. Como, num primeiro instante, já se verificou que a adesão nos dois primeiros anos foi baixa, resolveu-se entrevistar – por meio de entrevistas abertas e semi-estruturadas - algumas pessoas importantes no cenário do Terceiro Setor no Brasil, para que se pudessem levantar pontos interessantes para dar prosseguimento à pesquisa.

O segundo passo foi procurar identificar que organizações tiveram aceitos seus pedidos de deferimento como OSCIP pelo Ministério da Justiça, conforme manda a lei. Por meio do *website* do Ministério, obteve-se os dados de correspondência, data de qualificação e área de atuação das organizações.

Para os fins desta pesquisa, foram selecionadas as 415 primeiras OSCIPs criadas no Brasil, ou seja, aquelas que foram qualificadas no período de 24 de março de 1999 - início da vigência da Lei n. 9790/99 - até 25 de março de 2002 – data da última atualização do *website* do Ministério da Justiça à época da definição do projeto da pesquisa. Nos meses de maio a julho de 2002, foram enviados a essas 415 OSCIPs formulários de um questionário elaborado com a finalidade de identificar suas características principais: data de fundação da instituição; data de qualificação como OSCIP; finalidade da instituição; histórico sobre a atuação da instituição; principais beneficiados; número de beneficiados e número de colaboradores; área, âmbito e região de atuação; e, fontes de recursos da organização.

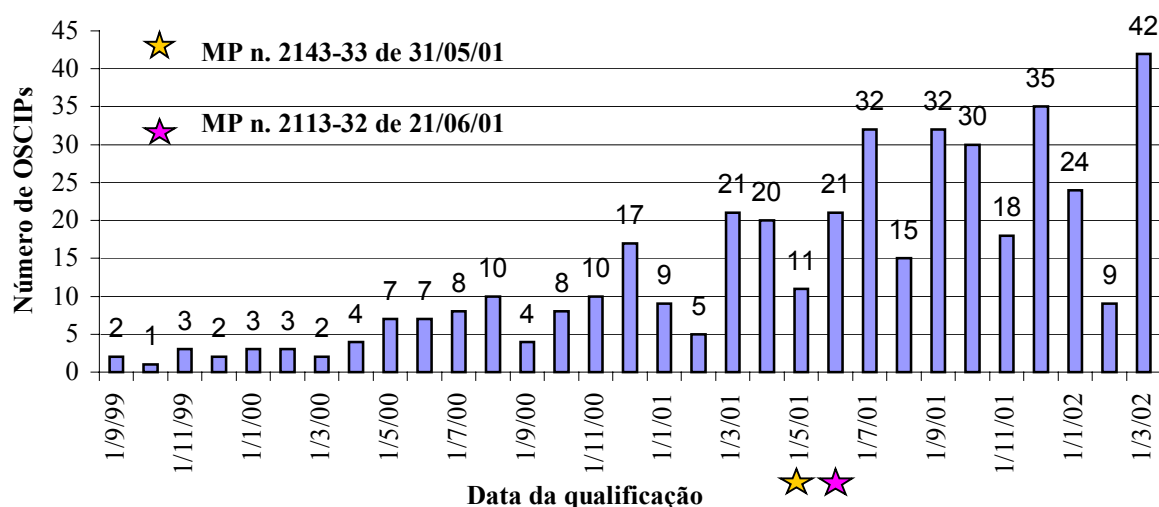
Dos 415 questionários enviados, 124 foram devolvidos e respondidos no período de julho a dezembro de 2002. Este índice de respostas (aproximadamente 30%) pode ser considerado elevado, na medida em que se trata de um questionário não-compulsório, isto é, em que a participação daqueles que responderam dá-se de forma espontânea. Para efeitos deste trabalho específico, são apresentados apenas os dados e as informações pertinentes à temática específica deste artigo ao longo da análise. Outras informações serão objeto de futuros projetos.

OS RESULTADOS DA PESQUISA

Antes de serem descritos os resultados obtidos pela análise dos dados dos 124 questionários respondidos, far-se-á um breve relato das informações disponibilizadas pelo Ministério da Justiça acerca do universo das 415 OSCIPs inicialmente selecionadas.

Os dados do Ministério da Justiça demonstram que a maior adesão ao modelo das OSCIPs ocorre apenas a partir de meados de 2001, após mais de 2 anos da existência da Lei n. 9790/99, como pode ser visto no Gráfico 1. Há que se ressaltar uma constatação interessante acerca da coincidência do período em que acontece esse movimento de maior adesão ao modelo e a ocorrência de duas mudanças significativas no texto da lei. Essas mudanças deram-se em virtude da publicação de duas Medidas Provisórias: MP n. 2143-33

Gráfico 1 – Organizações Qualificadas como OSCIPs por data – Fonte: Ministério da Justiça (2002)



de 31 de maio de 2001 e MP n. 2.113-32, de 21 de junho de 2001 que concederam, respectivamente, a ampliação do prazo de manutenção do título de OSCIP em concomitância a outro título que a organização tivesse adquirido anteriormente e o status de organização beneficiária de doações dedutíveis do Imposto de Renda. Note-se que 65% das organizações qualificaram-se a partir de maio de 2002, ou seja, quando do início da alteração do texto legal.

A amostra, conforme a Tabela 2, apresenta o mesmo comportamento notado na análise do universo geral das 415 OSCIPs. O percentual de 65% de qualificações das 124 OSCIPs, a partir do mês de maio de 2001 (dados em vermelho), também se aproxima ao percentual de 62% das 415 OSCIPs que obtiveram qualificação a partir de maio de 2001.

Tabela 2: Organizações qualificadas como OSCIP por data de qualificação
Fonte: esta pesquisa

Data	Org.	Data	Org.	Data	Org.	Data	Org.
02/09/99	1	29/09/00	1	03/04/01	3	21/09/01	3
22/09/99	1	23/10/00	2	17/04/01	1	08/10/01	3
13/01/00	1	06/11/00	2	24/04/01	2	18/10/01	3
02/02/00	1	16/11/00	1	04/05/01	2	31/10/01	2
22/03/00	1	22/11/00	3	24/05/01	2	12/11/01	2
03/04/00	2	20/12/00	2	06/06/01	1	10/12/01	7
09/05/00	1	29/12/00	2	26/06/01	2	14/12/01	2
26/05/00	1	16/01/01	2	13/07/01	3	27/12/01	3
07/06/00	1	22/02/01	3	24/07/01	10	17/01/02	5
26/06/00	4	01/03/01	3	10/08/01	1	07/02/02	2
05/07/00	1	13/03/01	1	23/08/01	2	07/03/02	6
22/08/00	3	22/03/01	1	12/09/01	7	25/03/02	9

No que diz respeito à data de fundação destas organizações, pode-se inferir algumas coisas interessantes. Das 124 organizações, 122 responderam em que datas foram fundadas. De acordo com a Tabela 3, descobre-se que a imensa maioria das organizações que procuraram ser qualificadas como OSCIPs (86%) foram fundadas a partir de 1991.

Tabela 3: Organizações qualificadas como OSCIP por data de fundação - Fonte: esta pesquisa

até 1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
17	3	5	3	4	4	4	8	10	13	28	22	1	122
14%	2%	4%	2%	3%	3%	3%	7%	8%	11%	23%	18%	1%	100%

Da tabela infere-se que os dois segmentos mais importantes do chamado Terceiro Setor brasileiro (FERNANDES, 1994), as entidades tradicionais de assistência social e as organizações não-governamentais (criadas nas décadas de 70 e 80, como sustentação aos movimentos sociais), que constituem a maior quantidade e a maior visibilidade da ação deste setor, praticamente se mantiveram na mesma posição em que estavam. Ou seja, em termos, institucionais, as organizações destes segmentos adotaram uma estratégia de *inércia organizacional*. Outro dado importante desta tabela: 53% das organizações foram fundadas a partir de 1999, o que sugere que a mesmas parecem terem sido criadas com o único propósito de buscar possíveis recursos por meio dos Termos de Parceria firmada com o poder público.

Para identificar as fontes de recursos das organizações pesquisadas, abriu-se um campo com 9 opções – não mutuamente excludentes - que poderiam ser assinaladas, sendo uma delas a opção “outras fontes”.

Tabela 4: Fontes de financiamento das OSCIPs que responderam o questionário - Fonte: esta pesquisa

Fonte	Respostas	% das respostas	% das OSCIPs
Empresas, Fundações e Institutos Empresariais	45	14%	36%
Órgão do governo federal	44	14%	35%
Órgão do governo municipal	40	13%	32%
Contribuições Associativas	38	12%	31%
Órgão do governo estadual	35	11%	28%
Comercialização de produtos e serviços	26	8%	21%
Agências internacionais de cooperação	21	7%	17%
Agências multilaterais e bilaterais	6	2%	5%
Outras fontes	50	16%	40%
Sem financiamento	2	1%	2%
N/S ou N/R	4	1%	3%
Desqualificado	1	0%	1%
Total	312	100%	

Pelos dados da Tabela 4 constata-se uma maior ocorrência da opção “outras fontes”: em 40% dos questionários respondidos essa opção foi assinalada. Alguns desses questionários especificaram quais seriam essas outras fontes de recurso. Averiguou-se que, em alguns desses casos, as fontes mencionadas poderiam ter sido enquadradas em alguma das outras opções dadas pelo questionário como, por exemplo, no caso em que são citadas como “outras fontes” aquelas originárias dos sócios doadores, as quais poderiam ser incluídas na opção “contribuições associativas”. No entanto, optou-se por manter o que foi assinalado no questionário, a fim de preservar o entendimento da pessoa que o respondeu. Em outra parte desses questionários, foram apresentadas outras fontes de recursos, de fato, não previstas no questionário, como, por exemplo, a Igreja e outras organizações do Terceiro Setor e doações de pessoas físicas não associadas à organização.

A maior incidência de fontes privadas (40%), na Tabela 4, em relação às diversas fontes governamentais chama a atenção, mas apenas relativamente. Se governo federal, municípios e Estados apresentam uma incidência de, respectivamente 35%, 32% e 28%, chama a atenção a importância dos financiamentos públicos para as atividades das organizações da amostra.

Outro dado interessante que surge dos questionários é a quantidade de opções assinaladas pelas organizações, como pode ser verificado no Tabela 5. Em que pese o fato de que a maioria tenha apontado até 3 fontes de recurso diferentes, 6% das 117 que responderam essa pergunta assinalaram mais de 6 tipos de recursos, o que poderia levar a questionar, se não se trataria de um comportamento em que a principal motivação da atuação da organização seria a busca da maior quantidade de fontes públicas de recursos, tal qual caçadores de renda (*rent seekers*) (MONZONI NETO, 2001).

Tabela 5 – Quantidade de opções assinaladas de fontes de recursos – Fonte: esta pesquisa

Opções de Recursos	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Número de Respostas	32	31	30	13	5	3	2	1	0

ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DA TEORIA INSTITUCIONAL

O contexto da reforma do marco legal do Terceiro Setor no Brasil e, principalmente, os dados obtidos nesta pesquisa, sugerem alguns indícios interessantes para demonstrar, à luz da teoria institucional o porquê da inefetividade inicial da Lei 9790/99 no que diz respeito à adesão, por parte das organizações do Terceiro Setor no Brasil.

Resistência e inércia organizacional de ONGs e organizações tradicionais

Como foi mostrado anteriormente, por meio dos dados relativos às datas de fundação das organizações qualificadas, é evidente a resistência à nova legislação por parte dos principais atores que compõem o possível “campo” do Terceiro Setor: as ONGs e as entidades tradicionais. E a resistência é demonstrada, simplesmente, por um processo de *inércia organizacional*.

Mais do que uma questão de desconhecimento da lei ou mesmo de problemas relativos aos trâmites burocráticos, a Lei das OSCIPs, também chamada de “Lei do Terceiro Setor”, ainda não é efetiva porque não alcançou legitimidade no campo. Nesse caso, a falta de legitimidade do novo modelo se assenta em dois fatores: na resistência dos atores dentro do campo e na manutenção do modelo organizacional anterior.

a) Resistência das ONGs

Desde o início do governo Fernando Henrique (1995-2001) houve uma tentativa de aproximação do governo com as ONGs por meio da Comunidade Solidária. As ONGs – por meio da ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais) – corresponderam, a princípio, a essa aproximação. Houve o convite para que um de seus representantes tomasse acento no Conselho da Comunidade Solidária. Esse convite foi aceito com a indicação de Jorge Durão da ONG FASE e representante da ABONG.

Esse movimento de aproximação logo perdeu força, principalmente pela real falta de empenho do governo no encaminhamento e no financiamento de soluções para a área social (BAVA, 2001). Em maio de 1996, com a saída de Betinho do Conselho da Comunidade Solidária, como forma de protesto contra a atuação do governo na área social, o representante da ABONG também renunciou.

A partir desse estranhamento, a ABONG passou a agir de forma mais cautelosa em relação às tentativas de aproximação do governo. Quando foi convidada para participar dos processos de Interlocação Política que tratavam do “novo marco legal do Terceiro Setor”, a ABONG aceitou, por entender que se tratava um espaço público onde suas proposições e suas idéias

poderiam ser ouvidas (BAVA, 2001). Sílvio Caccia Bava, diretor do Pólis e ex-presidente da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), depois das várias rodadas de Interlocução Política, chegou-se a um projeto, mas, quando da apresentação da Lei, houve uma surpresa: “as consultas não corresponderam ao produto final da Lei das OSCIPs” (BAVA, 2001). Dessa maneira, as ONGs se prenderam aos **interesses consagrados (vested interests)**, ou seja, mantiveram um **caráter** de oposição ideológica ao governo e às suas ideologias.

b) Manutenção do status anterior

Já as entidades tradicionais de assistência social representam aquelas instituições de caráter profissional ou religioso voltadas para a “caridade”. São as organizações mais numerosas e mais antigas do universo sem fins lucrativos brasileiro (LANDIM, 1993). Normalmente desempenham uma única atividade específica (hospitais, creches, asilos etc.) e se afirmam como “apolíticas”, ou seja, sem qualquer tipo de compromisso político.

As grandes organizações assistenciais sentiram os efeitos do discurso de profissionalização do Terceiro Setor (CARVALHO, 1999; ALVES, 2002) e, até procuraram “formas de atualização”, principalmente na área de gestão (ver, por exemplo, o programa TELETON da AACD). Além disso, muitas organizações sentiram a necessidade de associarem-se a outras para defenderem-se das ameaças externas (legislação tributária e imagem “pilantrópica”).

Nesse contexto surge a Rede Brasileira de Entidades Filantrópicas – REBRAF (2001), que estaria para as entidades assistenciais assim como a ABONG está para as ONGs. Dado que se tratou de um arranjo de organizações que nunca se articularam para defender os seus interesses, chega a surpreender o fato de terem constituído uma organização como a REBRAF.

A formação da REBRAF foi motivada pela Lei Federal 9732/98 que eliminou as isenções fiscais de todas as instituições de assistência social nas quais houvesse suspeita de fraudes (REBRAF, 2001). Fazem parte da REBRAF, dentre outras, as seguintes organizações: ACM, Promove, LARAMARA, CNBB – Pastoral da Criança, Casas André Luiz, Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, Fundação dos Rotarianos de São Paulo e a AACD (REBRAF, 2001).

Diferentemente da ABONG, a REBRAF não fez uma oposição ao governo. Tanto assim que, a REBRAF ainda não possuía uma posição oficial sobre a Lei das OSCIPs. Portanto, para as organizações mais tradicionais, o grande problema enfrentado da Lei das OSCIPs era a falta de incentivos tributários, já que, além da isenção do Imposto de Renda (apenas quando as entidades não remuneram dirigentes), nenhuma outra forma de isenção existe para as OSCIPs. Em termos comparativos, por exemplo, as entidades que dispunham do título de Utilidade Pública Federal podem oferecer às pessoas jurídicas doadoras recibo dedutível do Imposto de Renda. A Lei 9.249/95 permite a dedução no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, até o limite de 2% sobre o lucro operacional das doações efetuadas a entidades civis, consideradas de Utilidade Pública. A qualificação para OSCIP não trazia nenhum benefício semelhante.

Se essas organizações já estavam conformadas em uma situação legal, uma mudança na legislação que permite que as mesmas se mantenham com o mesmo status de antes, mesmo que não seja o status ideal, é melhor escolha do que arriscar para um padrão novo, que é incerto. Neste ponto, elas se aproximam da posição das ONGs: “para quê as ONGs vão aderir a um modelo que traz tantas dúvidas (...) se a legislação permitir, é melhor ficar no modelo anterior”. (BAVA, 2001).

E, neste ponto é interessante notar que a lei possibilita às organizações manter - simultaneamente - os Títulos de Utilidade Pública e conseguir o certificado de OSCIP (mesmo que até 2005). Isso daria ensejo às organizações tradicionais e mesmo a algumas ONGs desencadearem um processo de “desligamento” (decoupling) (MEYER e ROWAN, 1977): ao mesmo que satisfariam o novo ambiente institucional, carregando consigo a certificação como OSCIP e, mantendo a estrutura anterior, o que não provocaria ameaças ao caráter da organização e não iria de encontro aos seus “interesses consagrados” (SELZNICK, 1972). Ocorre que a baixa adesão ao modelo nem mesmo permitiu esta estratégia de “desligamento”. Isto derive talvez da própria falta de incentivos para isso. Como aponta Silvio Caccia Bava, o status de OSCIP só poderia representar alguma vantagem para as ONGs pela possibilidade de firmar Termos de Parceria. Como até firmaram-se poucas dessas parcerias, as ONGs preferem esperar para ver se o modelo de OSCIPs “pega ou não pega” (BAVA, 2001). E, mesmo que houvesse mais Termos de Parceria, há ainda uma questão de legitimidade e aceitação do discurso que é difícil de superar para muitas das ONGs. Há, por parte das organizações de assistência social uma opinião velada de que é possível que o projeto mais atrapalhe do que ajude. Isso porque, para as entidades que já possuem Títulos de Utilidade Pública, nova lei não trouxe nenhuma vantagem; mesmo a possibilidade de remuneração dos dirigentes não atrai estas organizações porque, como contrapartida, temiam abrir mão de vantagens fiscais quando do fim da simultaneidade de títulos

Por fim, uma outra explicação para a manutenção do *status* anterior para as organizações assistenciais, em particular, está em sua característica essencial a tradição (MILOFSKY, 1997). Por tradição entende-se “(...) uma outra maneira de se referir a práticas e benefícios alcançados cujos efeitos são sentidos por um longo período de tempo”. (MILOFSKY, 1997, p. 263). Diante de sinais de mudança ambiental, essas organizações preferem manter-se com a mesma estrutura, mesmo que o ambiente aponte para formatos mais “legítimos” (STINCHCOMBE, 1965). O mesmo, porém não se aplica a organizações mais novas, como é o caso das ONGs, nas quais o peso da tradição é menor do que o peso dos valores que as constituem.

Isomorfismo e a legitimidade das “novas organizações” do Terceiro Setor

O caso da Lei 9.760/99 poderia ser interpretado, em termos clássicos, como pressões que o governo exerce mediante legislação que, pela força da lei, forçariam um processo de isomorfismo coercitivo (DIMAGGIO E POWELL, 1991) entre as organizações do Terceiro Setor, que se conformariam, em massa, ao modelo de OSCIP, para poderem firmar Termos de Parceria com o setor estatal, potencializando a obtenção de recursos. Não ocorreu, como poderia se esperar, um movimento expressivo de organizações em direção à forma de OSCIPs constante da Lei 9760/99. Os atrativos da lei – tais como, a possibilidade de remuneração dos dirigentes e o Termo de Parceira – não foram elementos suficientemente fortes para induzir as mais antigas organizações do Terceiro Setor a adotarem como tipo o modelo de OSCIP. Ainda assim, é possível falar tanto em isomorfismo coercitivo, como em isomorfismo normativo neste caso.

Embora pequeno, se comparado ao tamanho do setor como um todo, o número de *novas* organizações fazendo pedidos para se qualificarem como OSCIPs é bastante expressivo em relação ao total, como ficou demonstrado pelos dados da Tabela 3. Novas organizações precisam de legitimidade rápida no campo, para garantir acesso aos recursos e, conseqüentemente, firmarem-se e sobreviver. Como ainda não se institucionalizaram (SELZNICK, 1972), ainda não possuem a necessária legitimidade no campo. Dessa forma a lei oferece legitimidade – tal como nos processos de adoção de normas ISO 9000 (CALDAS e

VASCONCELOS, 2002) – de uma forma mais rápida do que se tivesse que esperar pelo passar do tempo necessário para tanto, sem falar da habilitação imediata para travar Termos de Parceria com o governo.

Há ainda um incipiente processo de “profissionalização” no Terceiro Setor, principalmente com a formação de profissionais “especialistas” no assunto, tais como administradores, advogados e, principalmente, de captadores de recursos, que são pessoas especializadas em levantar fundos para organizações sem fins lucrativos. Já existe até mesmo uma Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), que até mesmo estabeleceu um código de ética para a atividade (ABCR, 2001).

Ocorre que esses profissionais, até para se legitimarem no campo, têm agido como um dos *champions* do setor (TOLBERT e ZUCKER, 1999), no sentido de disseminarem a *ideologia do profissionalismo necessário* às organizações do Terceiro Setor no Brasil. Ao atuarem profissionalmente nestas organizações – principalmente nas novas -, quer seja como profissionais contratados, quer seja como consultores, eles se tornam responsáveis por difundirem o modelo de OSCIP como aquele que está mais adequado ao bom funcionamento das organizações, provocando um processo de isomorfismo normativo no campo das organizações do Terceiro Setor.

CONCLUSÃO

Quando a Lei 9790/99 foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em março de 1999, esperava-se que as organizações da Sociedade Civil brasileira, identificadas como Terceiro Setor, aderissem de maneira rápida e expressiva ao modelo de OSCIPs.

Mas, como foi mostrado, não é isso o que está acontecendo: nem está havendo a maciça adesão que o governo esperava, nem o processo está sendo rápido como se esperava que fosse. A ponto de, para salvar a lei, o governo ter sido “forçado” a promover mudanças na legislação – dilatou os prazos e tornou as doações dedutíveis no Imposto de Renda. Quando analisadas as mudanças, pode-se concluir que elas acabam aproximando o modelo das OSCIPs ao modelo antigo do Título de Utilidade Pública, na medida em que concede benefícios que eram exclusivos dessas últimas e garante a manutenção desses dois títulos por um prazo de cinco anos, ou seja, três anos a mais do que o prazo de dois anos inicialmente previsto na Lei n. 9790/99.

A teoria institucional – vis-à-vis a análise dos dados da pesquisa exploratória - permitiu que se analisasse como as organizações mais antigas (ONGs e organizações tradicionais de assistência social) resistiram por meio de *inércia organizacional* à adoção da qualificação como OSCIP, e também como as pressões isomórficas de caráter coercitivo e normativo têm atingido mais fortemente as novas organizações.

O espírito da Lei 9790/99 está inserido no novo discurso do “Terceiro Setor”. Seguindo esse discurso, o governo, por meio da Comunidade Solidária, propôs um modelo para as organizações sem fins lucrativos que as restringe a escopos pré-estabelecidos que, por sua vez, não levam em consideração a “diversidade do setor”. Pode-se mesmo discutir a existência de um “Terceiro Setor” (SPINK, 2000)

A realidade é complexa o suficiente para mostrar que existe um campo das organizações sem fins lucrativos – que pode, como forma de construção social, ser chamado de Terceiro Setor. Campos organizacionais (SCOTT e MEYER, 1991), como bem salientou Misoczky (2001) –

à partir do trabalho de Pierre Bourdieu -, não são complexos “neutros”, onde as instituições simplesmente “surtem” e conferem legitimidade àqueles que as observam. Campos organizacionais são “campos de poder” (BOURDIEU, 1996), onde existem diferentes e assimétricas disposições de poder, ocupadas por certos atores; aqueles que ocupam o pólo de poder de um campo, exercem poder sobre os demais atores do campo (BOURDIEU, 1996).

No caso da Lei das OSCIPs, no campo do “Terceiro Setor”, as ONGs e – principalmente - as organizações tradicionais de assistência social exerceram seu poder de forma – por meio da *inércia organizacional* -, e acabaram forçando o governo a conformar sua nova legislação de acordo com os seus interesses.

Referências

- ABCR. *Associação Brasileira de Captadores de Recursos*. Disponível em: <<http://www.abcr.org.br>> Acesso em 14 agosto 2001.
- ALVES, Mário A. *Terceiro Setor: o dialogismo polêmico*. Tese de Doutorado apresentada à FGV/EAESP. 2002.
- ABRAHAMSON, Eric. Management fashion. *Academy of Management Review*, 21. 1996. p. 254-85.
- BAVA, Silvio Caccia. Entrevista. 2001.
- BRASIL. Lei Nº 9790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 de março 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CALDAS, Miguel e WOOD, JR, Thomaz. *Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 1999.
- CALDAS, M. P. e VASCONCELOS, F. C. Cerimonial behaviour in organization intervention: the case of ISO 9000 diffusion in Brazil. In: XXVI ENANPAD. 2002. Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002. CD-ROM.
- CARVALHO, C. A. P. Preservar a identidade e buscar padrões de eficiência: questões complementares ou contraditórias na atualidade das organizações não-governamentais. In: XXIII ENANPAD. 1999. Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. CD-ROM.
- CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações. In: XXIII ENANPAD. 1999. Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. CD-ROM
- COMUNIDADE SOLIDÁRIA. 6º Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária. Documento. 06 out 1997.
- DIMAGGIO, Paul. Constructing an organizational field as professional project: U.S. Art museums, 1920-1940. In: POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: Chicago University Press. 1991.
- FERNANDES, Rubem C. Privado porém Público. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.
- FERRAREZI, Elisabete. *O Novo Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil*. Disponível em: <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>> Acesso em 14 nov 2001.
- HANNAN, Michael e FREEMAN, John. Structural inertia and organization change. *American Sociological Review*, 49. 1984. pp. 149-164.
- LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio: ISER, Núcleo de Pesquisa. 1993.
- MACHADO-DA-SILVA, Clóvis et alii. Formalismo como mecanismo institucional de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. In: XXV ENANPAD. 2001. Campinas. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2001. CD-ROM

MARCH, James e SIMON, Herbert. *Organizations*. New York: John Wiley and Sons. 1958

MEYER, John. e ROWAN, Brian. Institutional organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83. 1977. pp. 440-63.

MILOFSKY, Carl. Tradition. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, v. 26 n. 3. september. 1997.

MISOCZKY, Maria Ceci. Campo de Poder e Ação em Bourdieu: Implicações de Seu Uso em Estudos Organizacionais. XXV ENANPAD. 2001. Campinas. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2001. CD-ROM

MONZONI NETO, Mário Prestes. *Caçadores de renda: uma investigação sobre a teoria do rent seeking*. Dissertação apresentada à FGV/EAESP. 2001.

PACHECO, F. L. O ambiente institucional como agente de mudança organizacional: o caso do Teatro Apolo-Hermilo. In: XXV ENANPAD. 2001. Campinas. *Anais...* São Paulo: ANPAD, 2001.

POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. In: POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: Chicago University Press. 1991.

REBRAF. Rede Brasileira de Entidades Assistenciais Filantrópicas. Disponível em: < <http://www.terceirosetor.org.br> > Acesso em 14 agosto 2001.

SCOTT, W. Richard e MEYER, John. The organization of societal sectors: propositions and early evidence. In: POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: Chicago University Press. 1991.

SELZNICK, Philip. *TVA and the grassroots*. Berkeley: California University Press, 1949.

SELZNICK, Philip. *Liderança na Administração*. Rio de Janeiro: FGV. 1972.

SELZNICK, P. Institutionalism: "Old" and "New" *Administrative Science Quarterly* 41.1996. 270-77.

SPINK, Peter. O lugar do lugar na análise organizacional. In: *Anais do ENEO 2000*. 1º Encontro de Estudos Organizacionais. Curitiba : GEO/ANPAD, 2000, 15 pp. CD-ROM.

STINCHCOMBE, Arthur. Social Structure and Organizations. In MARCH, James (ed). *Handbook of Organizations*. Chicago: Rand-McNally. 1965. Pp. 142-193

STRANG, David. e MEYER, John. Institutional conditions for diffusion. *Theory and society*, 22. 1993, pp. 487-511.

TOLBERT, Pamela e ZUCKER, L. A institucionalização da teoria institucional. In: In: CLEGG, Stewart, HARDY, Cynthia e NORD, Walter. *Handbook de estudos organizacionais*. Vol. 1, 1999.

VIEIRA, M. M. e MISOCZKY, M. C. Instituições e Poder: explorando a possibilidade de transferências conceituais. In: I ENEO. 2000. Curitiba. *Anais...* Curitiba: ENEO, 2000.

ZUCKER, L. The role of institutionalization in cultural persistence. In: POWELL, Walter e DIMAGGIO, Paul. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: Chicago University Press. 1991.